



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão de Justiça e Redação



## RELATÓRIO

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24 DE 2025 – PAULO DE OLIVEIRA E SILVA- PREFEITO MUNICIPAL.**

*“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 205, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE TRATA DO QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE EMPREGOS, SALÁRIOS, CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM”.*

**RELATOR: WILIANS MENDES DE OLIVEIRA**

### I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

Trata-se da análise do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 24/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal de Mogi Mirim, que propõe a alteração de dispositivo da Lei Complementar Municipal nº 205/2006, visando **ampliar o prazo da Licença-Paternidade** concedida aos servidores públicos municipais **de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias consecutivos**.

A matéria foi devidamente processada (Processo nº 001034.000140/2025-10), instruída com o Despacho da Secretaria de Administração (SADM), o Comunicado Interno da Secretaria de Negócios Jurídicos (SEI/PMM-0265928) e o Despacho da Secretaria de Finanças, contendo a **Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro** (ANEXO-ESTIMATIVA DE IMPACTO). A Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa (Consulta nº 1/0675/2025/MN/G/DDR) também se manifestou a respeito.

#### **Estrutura do Projeto de Lei Complementar (PLC nº 24/2025):**

O Projeto apresenta a seguinte estrutura:

- **Art. 1º:** Altera o inciso IV do art. 55 da Lei Municipal Complementar nº 205/2006, que passa a vigorar com a seguinte redação: *“IV - licença paternidade, por 30 (trinta) dias consecutivos.”*
- **Art. 2º:** Determina que as despesas decorrentes da execução da Lei Complementar correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão de Justiça e Redação



- **Art. 3º:** Estabelece que esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

A **Mensagem nº 064/25** fundamenta o mérito da propositura, destacando o alinhamento com a **proteção integral da criança** (Art. 227 da CF/88 e ECA), a **valorização do servidor** e a **corresponsabilidade parental**, citando como referência o Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/2008), a justificativa da proposta (conforme Despacho SADM nº 203/2025) ressalta a importância da medida como "transformação social, alinhada às demandas contemporâneas de proteção integral da criança, valorização da parentalidade e promoção da equidade de gênero no trabalho".

---

## II - CONCLUSÕES DO RELATOR

A análise recai sobre a adequação constitucional, a legalidade e a técnica legislativa da proposição.

### a) Legalidade e Constitucionalidade

1. **Iniciativa da Lei:** O PLC nº 24/2025 é de iniciativa do **Prefeito Municipal**. A matéria versa sobre a alteração do regime jurídico e vantagens de servidores públicos (Lei Complementar nº 205/2006), enquadrando-se nas matérias de **iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo**, conforme o disposto no Art. 61, § 1º, II, "a" e "c", da Constituição Federal, c/c Art. 51, II, da Lei Orgânica do Município. **Não há vício de iniciativa.**
2. **Competência Legislativa:** O Município possui competência para legislar sobre a organização dos seus serviços e regime jurídico de seus servidores (Art. 30, I, da CF/88 e Art. 144 da Constituição do Estado de São Paulo). Embora o regime de pessoal do Município (Lei nº 3.663/2002) tenha optado pela aplicação da CLT de forma subsidiária, a jurisprudência e a doutrina (citando Maria Sylvia Zanella Di Pietro) consolidaram o entendimento de que a licença-paternidade (Art. 7º, XIX, da CF) e sua extensão constituem um **direito social mínimo** que pode ser ampliado por lei do ente federado, em consonância com o princípio da **proteção integral da criança** (Art. 227 da CF) e o **Marco Legal da Primeira Infância** (Lei Federal nº 13.257/2016). **A proposição é constitucional e legal em seu mérito.**
3. **Responsabilidade Fiscal:** A proposta foi devidamente instruída com a **Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro** (ANEXO), que projeta o impacto trienal da despesa (R\$ 74.013,26 no total) e declara, nos termos dos Arts. 15 a 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que:
  - O gasto dispõe de dotação suficiente.
  - O impacto é insignificante (inferior a 0,005% da receita).
  - Não há aumento do limite global de despesa de pessoal. Portanto, o **requisito da LRF está atendido.**



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão de Justiça e Redação



**b) Conveniência e Oportunidade**

A ampliação da licença-paternidade para 30 dias é altamente **conveniente e oportuna**. Trata-se de uma medida que moderniza a legislação municipal, fortalece os vínculos familiares, contribui para o bem-estar social, e posiciona o Município em sintonia com as melhores práticas de gestão de pessoas e de políticas públicas voltadas à primeira infância, conforme o defendido pela Secretaria de Administração.

---

**III - OFERECIMENTO DE SUBSTITUTIVO, EMENDAS OU SUBEMENDAS**

Após análise detalhada do projeto o relator **não propõe emendas** ao texto do projeto. A decisão de não propor emendas baseia-se no entendimento de que o projeto, em sua forma cumpre com os seus objetivos.

---

**IV - DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, por unanimidade, **aprova** o Projeto de Lei Complementar nº 24 de 2025, **sem emendas**, considerando-o **legal, constitucional e conveniente**.

---

**Assinam os membros da Comissão de Justiça e Redação que votaram a favor:**

- Vereador Wagner Ricardo Pereira (Presidente)
  - Vereador João Victor Coutinho Gasparini (Vice-Presidente)
  - Vereador Wilians Mendes de Oliveira (Membro)
- 

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTTOLI”, em 06 de novembro de 2025.**

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA**

Relator



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão de Justiça e Redação



---

### Referências Bibliográficas

1. **BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Art. 7º, XIX; Art. 30, I; Art. 39, § 3º; Art. 227.
2. **BRASIL.** Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Art. 16.
3. **BRASIL.** Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância).
4. **MOGI MIRIM.** Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim.
5. **DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella.** *Direito Administrativo*. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
6. **MEIRELLES, Hely Lopes.** *Direito Municipal Brasileiro*. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 51A2-581A-6E2Y-AA36



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão de Justiça e Redação



**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO E EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24 DE 2025 DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL, PAULO DE OLIVEIRA E SILVA.**

Seguindo o Voto exarado pelo Relator e conforme determina o artigo 35, 37 e 39 da Resolução nº 276 de 09 de novembro de 2010 as Comissões Permanentes de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social formalizam o presente PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 24 de 2025.

Sala das Comissões, 06 de novembro de 2025.

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA**

Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI**

Vice-Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA**

Membro/Relator

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 51A2-581A-6E2Y-AA36



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Comissão de Justiça e Redação

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

*(assinado digitalmente)*

**VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA**

Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR MARCIO DENER CORAN**

Vice-Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI**

Membro

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE E ASSISTENCIA SOCIAL**

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO**

Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR EVERTON BOMBARDA**

Vice-Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA**

Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 51A2-581A-6E2Y-AA36



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=51A2581A6E2YAA36>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 51A2-581A-6E2Y-AA36**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 51A2-581A-6E2Y-AA36